



## ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DO COMDEMA

DATA: 24/02/2022

No dia vinte e quatro de fevereiro de 2022, reuniram-se os representantes das instituições conselheiras: ICMBIO (Rafael Pinto e Júlio Cesar), GADS (Vinicius), Sec. Turismo (Marcia Pereira), Sindicato Patronal dos Produtores Rurais (Guilherme), Colônia de Pescadores (Edilene), Ong Vida e Dança (Lois), Osvaldo (Aprhope), SEMMA (Ana Paula, Carlos e Beline). Os convidados técnicos: Filinto Guimarães (Hadequar); Devido à epidemia do COVID-19 a reunião aconteceu on-line pelo aplicativo Google Meet. O secretário Municipal de Meio Ambiente abriu a reunião e pediu autorização emergente aos pares do conselho para que o Vice Prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto falasse sobre uma pauta de certa emergência e pediu que as pessoas se manifestassem. A palavra ficou com Carlão (Vice Prefeito), inicialmente falando que. Acredito que alguns de vocês já devem estar envolvidos desde o final do ano passado com o intuito da construção do nosso plano municipal de resíduos sólido, agente iniciou o projeto e um diálogo com os catadores e junto com o projeto piloto de Cumuruxatiba, durante esse período a gente percebeu a necessidade de discutir o destino final definitivo do lixo do município de Prado dentro dos movimentos estaduais e federais na construção do Aterro, e que tomou essa pauta para si. Dentre as negociações que estamos fazendo, mapeamos as áreas possíveis para o aterro diferencial de Prado, fizemos algumas visitas, tanto Ana junto com Beline estão com as áreas indicadas pelos nossos colaboradores, a gente queria apresentar este relatório dessas áreas, compartilhar e tomar decisão junto com vocês das possibilidades de área para construção do aterro sanitário para que a gente insira isso no plano municipal, nesse sentido o que eu queria pedir pra vocês era que vocês pudessem ao final da reunião indicar a reunião extraordinária com pauta única para que a gente pudesse iniciar com o conselho essa discussão apresentar todo o material que já produziu discutir um pouco o projeto piloto de Cumuruxatiba e iniciar o processo de análise das áreas para o aterro sanitário. Em síntese é isso gente, é só a gente começar incluir o conselho nesses próximos passos no intuito de tomar as devidas decisões para materializar tanto o aterro quanto o plano de pau que insere o aterro como o elemento importante. Beline é isso, queria que vocês no final indicasse uma data se possível antes de 7 de março. Desejou uma boa reunião a todos e se despediu. Beline falou que essa pauta é nossa também e passou a palavra. Carlão desejou bom dia, estamos iniciando a nossa primeira reunião ordinária do ano de 2022, conforme foi encaminhado por e-mail e pelo grupo de whatsapp o ofício com as pautas da reunião de hoje, falou que a pauta não será tão longa. Estamos regularizando uns barramentos na fazenda do seu Clemente lá em Corumbau região de veleiros, são pequenos barramentos preexistentes no território da fazenda e a pessoa ou técnico responsável pela lavração dos estudos do projeto foi o senhor João Carlos que é

consultor e proprietário da empresa de consultoria Projex lá de Eunápolis. Então, para que os conselheiros entendesse como foi feito todo processo e objetivo desse processo, eu o chamei para esta fazendo a explanação para vocês dos processos de licenciamento de regularização dos barramentos da Fazenda. Em seguida passou a palavra para o senhor João Carlos. Deu bom dia a todos, disse que era Engenheiro Agrônomo , tinha mais de trinta ano de formado, era sócio proprietário da Empresa Projex de Consultoria Ambiental, atua na área de barramento há 5 anos , tem uma equipe especializada a regularização de pequenos barramentos considerados barramento de terra de pequeno porte, na legislação federal, barramento de pequeno porte, são todos os barramentos considerados menor do que 15 metros de altura total e menores da capacidade de armazenamento de 3 milhões de metros cúbicos, sendo que a legislação bota como legislação estadual, coloca aqui o barramento de pequeno porte quando a área útil de acumulação será inferior 200 hectares. Então nós temos que atender praticamente a duas legislações específicas sobre barramentos na qual a gente fez um longo estudo, um longo tipo de negociação com todos os entes e agente faz a regularização de barragem em duas etapas: Uma etapa é regularização da estrutura física do barramento, essa estrutura física do barramento ela é feita via na maioria das vezes na secretaria de meio ambiente dos municípios, sendo que alguns municípios que não tem credenciamento, você tem que ir ao estado. A segunda parte é a tubulação, a regularização da acumulação das águas acumuladas, águas represadas, a regularização delas, isso exige uma outorga de acumulação que é emitida pelo Inema. Os barramentos constituem em três grandes documentos que a gente apresenta. Um é o RCE, o RCE a gente trás todas as características locacionais, construtivas, edificantes que os barramentos necessitam ser relatados, trazem neste contexto quais são as obras de artes associadas a ele. Obras de artes são, valetas, drenos, vertedouros, cano de fundo, todas as composição não só do barramento mas sim das estruturas associadas. Como estradas de acesso, crista ondulada o que for necessário. Outro grande documento necessário apresentar é o laudo de estabilidade, então todo barramento há um estudo feito, uma sondagem feita sobre a sua característica de reter água, sobre a sua característica de ter a capacidade compactada de fazer uma solução pra aquilo que ela foi construída. Sendo que a maioria desses barramentos tão construídos a longo tempo, eles foram construídos até antes da data limite que foi 19 de novembro 2009, que o estado começou a exigir licenciamento de barramentos. Então são barramentos que tem 20, 30, 40 e tem um caso de 55 anos de construção de barramento que a gente fez a regularização nos municípios de nossa atuação. Outro documento obrigatório apresentado em nosso caso é um plano de emergência simplificado, o conjunto de barramento exige do Empreendedor que ele tenha um plano de ação para tratar como ele vai conduzir as suas estruturas. No caso dessa propriedade elas são divididas em dois pedidos, um pedido da pessoa física e um pedido na pessoa jurídica. Na pessoa física nós fizemos 14 barramentos e na pessoa jurídica 5 barramentos, temos 19 barramentos ao total a serem licenciados. Nesse caso a gente vai dar uma noção daquilo que a gente fez, não vamos entrar em grandes detalhes a não ser que vocês necessitem desses detalhes, a gente coloca, mas todo detalhamento está dentro dos processos que foram enviados e disponibilizados pra vocês. No caso do plano de RCE nós caracterizamos o meio, a localização desses barramentos através de pontos de coordenadas e cada um desse, como lá é uma fazenda que tem um conjunto de propriedades, nós usamos a separar essas propriedades por sistemas. O sistema ele compõe córregos Inter afins, então na hora de liberar os

processos de outorga de água eu tenho que fazer ele por cisterna, então eu já trago a sistemática para o licenciamento para que eu tenha a possibilidade de explicar ao Inema que córregos barramentos acumulativos no mesmo córrego vão ter funções acumulativos. Então a gente já faz esse estudo de forma a apresentar esse resultado acumulativo. Outra coisa interessante a gente identifica cada barramento com a sua localização, com a sua estrutura e quais são esses sistemas de obras de artes associadas. Então o processo pra descrição de todos os barramentos também colocamos nele as características técnicas como uma suspensão de uma ficha técnica como está descrito na lei federal. A qual nos obriga a apresentação de informações básicas que nos de garantias que a informação que esta obtida no processo estará contida dentro do sistema do Inema e dentro dos relatórios a serem apresentados, neste caso a gente faz um descritivo simples porque a norma a seguir ,mas ela é detalhada dentro das estruturas estabelecidas. Beline pediu, por favor, pois tinha um sinal atrapalhando. Com relação ao RCE a gente também faz uma classificação de tipo de licenciamento que vai ser feito em cada uma dela, nessas barragens que estão sendo licenciadas no município, todas elas tem a classificação de pequeno porte e não tendo estrutura de captação. Nós apresentamos um item chamado avaliação de impactos ambientais, nessa avaliação a gente coloca qual é a área de impacto ambiental dentro da propriedade, então nessa função da forma que a gente faz essa tratativa a gente coloca quais são os danos, quais são os riscos e qual é a magnitude de cada impacto. Então a gente faz a questão de estabelecimento do reservatório, regularização de vazão, uso de áreas do entorno da barragem e conservação da estrutura. Cada item descrito dentro do sistema , cada item tem um item de avaliação conforme a lei federal a gente é obrigado também a fazer uma avaliação de riscos de dano, nessa avaliação a gente divide ele na matriz de impacto de risco ao meio físico, colocamos lá dentro traçando seus descritivos, colocamos também que cada item desse tem uma ação e uma implicância, a mesma coisa fazemos para o risco do meio biótico e no risco antropológico, no risco socioeconômico. Nesses contextos toda as características apresentadas geram informação se a interferência ou não do barramento em qualquer tipo de estrutura que foge a alçada, foge aquilo que está dentro da regra do barramento tem cumprir de função e lá no item 7 a gente coloca aquilo que não está dentro daquilo que identifica como a melhor forma ,quais são as propostas de mitigação que a gente vai fazer sobre esse processo, no caso adequação de extra vazadores, manutenção da descarga de fundo ou implantação de uma descarga de fundo, se o Inema assim considerar , implantação da placa de identificação , retirada da vegetação das cristas e do corpo da estrutura do barramento e tudo isso a gente considera lá dentro . Então o RCE eu considero que ele está completo e atendendo o que a legislação pede pra que a gente possa apresentar dentro do processo e com isso a gente vai ao segundo item que apresentar que é laudo de instabilidade. O Laudo de instabilidade é uma obrigação da lei federal nesse contexto o Engenheiro Agrônomo pode licenciar, pode laudar barramentos até 5 metros de altura , acima de 5 metros de altura operacional só quem pode laudar são Engenheiro Cível , Engenheiro Ambiental com especialização em barragens ou Geotécnico, nesse caso nós não temos nenhum barramento que ultrapasse 5 metros, nós colocamos dentre dele os itens, um quadro no quadro 1 (um) todos os itens de, ocupação, volume dentro do processo e com isso a gente consegue demonstrar os enquadramentos , nós repetimos as características das barragens pra que a gente possa manter a mesma informação feita no RCE e nós vamos analisar através de sondagens em campo , qual é a resistência da dureza que o barramento

apresenta e com isso a gente pode garantir ao sistema de licenciamento tanto quanto na secretaria de meio ambiente quanto ao Inema se ela está estável ou não estável. Passando de toda apresentação de como os barramentos se comportam, cada barramento foi feito uma sondagem, o mínimo são 3(três) pontos por barramentos, mas dependendo do tamanho da capacidade de cumprimento dela pode ter até 20 (vinte) pontos. Esse quadro é apresentado como resultado e tá dentro do anexo que vocês receberam e ele apresenta que nenhum barramento apresentado tem resistência fraca. Todos os barramentos estão dentro da norma e não apresenta nenhum cuidado especial. Não tem nenhum barramento com risco de estourar. Então, com isso a gente vai passar ao terceiro processo que é o Plano de Emergência. No Plano de Emergência a lei federal nos obriga a juntar as informações que estão contidas lá no RCE e no plano de laudo de segurança e apresentar a ela junto à classificação no nível de dano e risco a vida. Com essa característica a gente gera as informações necessárias para garantir junto ao espólio que nenhum barramento traz risco a vida ou a terceiros ou a patrimônio de terceiros. Esse risco a vida quanto mais alto é esse valor maior será esse risco na classificação. Então, a gente detalha ao máximo como que a gente chegou aos dados de dano, pra você ter ideia normalmente os barramentos de nossa região apresenta um risco de dano entre 14 e 35. Sendo que todos os barramentos da propriedade da empresa dele caracterizaram 21. Sendo que o ponto de conservação, a média é 8 e o limite máximo aceitável é 35 . Nós tivemos 12 barramentos com 9 e um barramento, dois barramentos com 15 . Também ficando dentro do limite. E o termo de segurança a média de 14 a 35 e os 14 barramentos tiveram 18 . Na soma total a gente poderia ter a 60 pontos , dois barramentos tiveram 54 ,o resto tudo na média de 48. Enquanto o normal é de 35 a 58. É o que normalmente apresenta na nossa região. Mas na hora do dano associado, nós temos que 4 barramentos tem , 5 barramentos tem índice 4 de dano associado e 9 barramentos tem índice em torno de 8. Sendo que o limite normal da nossa região é 4 até 12 e o limite legal é 15. Então nós estamos dentro do processo de classificação. Todas as propriedades, todos os barramentos apresentaram com um faixa de dano risco médio e a classificação de dano associado. Com isso ela atende a legislação, não necessita de cuidados especiais e nós fazemos o plano associado, o plano de emergência simplificado associado a essas informações conforme a legislação de forma bem simples e bem rápida , nós apresentamos quase 40 (quarenta) dias de serviço que a gente fez , Nós temos o orgulho da metodologia que a gente usa , ela é bem diferente da maioria das ,dos licenciamentos apresentados por outras empresas , mas a gente precisa garantir que nós numa avaliação geral , tenhamos condições de rebater toda e qualquer necessidade de informação , caso venha acontecer um estouro desse e como nós temos responsabilidade legal sobre aquilo que a gente faz e o nosso laudo tem validade mínima de 3 (três) anos , podendo chegar a 5 (cinco) anos se ele for validado com a partir da secretaria de meio ambiente, isso é um ponto que eu gostaria de discutir isso com vocês , porque barramento não , licenciamento de barramentos não é igual ao licenciamento numa atividade de eucalipto , de pecuária, de uma indústria. Ela não tem uma produção, ela é simplesmente uma questão de risco de dano a terceira a patrimônios. Esse é o processo que é difícil. Então, estabelecer somente 1 (um) ano, gerar licenciamento é bastante incomum , normalmente o Inema dar 35 (trinta e cinco) anos de licenciamento de acumulação e operação de uma barragem e dar 08 (oito) anos para quando ele licencia mas a regra municipal não é diferente, e a gente precisaria entrar no consenso com relação e pediria uma atenção de

vocês com relação a esse tempo . Porque é bastante difícil tecnicamente defender a questão de ano a ano renovação da licença ano a ano. Sendo que pra mim como empresa seria muito louvável, pra mim aceitar ano a ano, porque vou ganhar fazendo laudo . Mais não é isso, não é justo com o cliente. Gostaria que vocês tivessem, fizessem essa ponderação depois mesmo sem a minha presença, pra que vocês possam entender o tamanho da dificuldade que é fazer o produtor rural entender que ele tem uma responsabilidade de regularizar e agora com alteração da lei federal de enquadramento do que é barramento , ficou mais difícil ainda. Eu tenho cliente que ele tem 8.000 (oito mil) e poucos hectares, fui fazer a classificação de barragens com a nova lei que fala que toda estrutura que tiver represando mesmo em talvegue, quer dizer represamento de água de chuva será considerado barramento. A propriedade dele tem 276 (duzentos e setenta e seis) barramentos. Gente, eu entrei lá e classifiquei 48 (quarenta e oito). Ele vai derrubar o resto, ele vai desmobilizar o resto. Ele não vai mais armazenar mais água por questões financeiras não é no município de vocês é no município de Guaratinga, mais é muito incoerente essa situação e infelizmente é a legislação que nós temos hoje. Então fique a vontade, façam a pergunta que for necessária, eu espero ter passado uma noção do serviço que a gente fez e qualquer dúvida eu estou aqui para tentar responder da forma mais direta possível. Em seguida a palavra ficou com Carlão que disse que foi boa a explanação do Técnico João Carlos. Em relação a prazos da licença a nossa lei municipal ambiental de prado nesse caso ai estabelece 3 (três) anos, aqui não tem nenhuma uma licença que tenha validade de um ano de validade não e outra coisa só pra mim adiantar para os demais conselheiros a gente ta falando da regularização ambiental. Nesse caso de acordo com o próprio ministério publico nos recomendou em julho do ano passado e até então renovação e regularização de licenciamento não passava pelo conselho apenas pelo parecer técnico do consorcio. Então o Dr Fábio do ministério pediu que fosse a partir de hoje que agente também submetesse ao conselho as regularizações e renovações de licenciamento. Então, assim, por isso que a gente adotou esse procedimento e ta chamando os consultores e responsáveis técnicos pela elaboração dos projetos pra tá explanando para os conselheiros entender a forma e os procedimentos como foi feito o estudo e os projetos daquela atividade .Então, aí o João Carlos ele explanou muito bem a forma como foi feita esse projetos e estudos do barramento já existente lá na fazenda do senhor Clemente, fica lá na região de veleiro e Corumbau. E essa modalidade de barramento não faz captação de água, pediu aos demais que ficasse a vontade, Beline falou que Júlio ficasse a vontade. A palavra ficou com Julio (Icambio) que deu bom dia a todos e a João Carlos, em seguida deu para ao relatório realizado. Essas propriedades que estão solicitando a regularização desses barramentos não conseguiu verificar no relatório ao menos uma cronologia da implantação dessas barragens, fica parecendo que elas estão, não estaria em uso, haveria digamos assim uma recuperação , a gente que trabalha na área ambiental nós temos uma preocupação para além da estabilidade dos barramentos mais ai mim parece que não houve outorga de nenhuma dessas barragens, Seria interessante colocar no relatório em que rio definitivamente eles estão locados, tais, tais, rio Cahy, rio Corumbau. Aqui se pudesse ter noção de qual é a captação que vem sendo realizada pela fazenda , especialmente levando em conta os mêt de menor capacidade hídrica e a nossa politica nacional de água estabelece que o recurso água é um recurso coletivo e há necessidade no planejamento desse recurso ,pensar os impactos dessa captação especialmente de captação, porventura não tenha tido outorga e não tiveram autorização pelo órgão responsável. Uma

outra observação é que mim parece no trabalho que você apresentou , você apresenta como que os rios é na bacia do Jucuruçu, mim parece que elas não fazem parte da unidade de planejamento do rio Jucuruçu mais sim do rio do comitê dos frates que envolveria o rio frades , burahem, santo antonio e rios curso d'água menores que desaguam a leste. Queria que você fizesse um comentário a respeito disso. Técnico João Carlos (Projex) Vamos lá, primeiro é o seguinte, com relação ao primeiro item, eu não anotei o primeiro item, vou pedir pra você repetir o primeiro item. Talvez não sei se foi ao plano de recuperação de áreas envolvidas no cadastro do CEFIR , como é a implantação disso. O TRA da propriedade já prever que ele fará a recuperação das margens da apps isso, e fará a recuperação das áreas de empréstimos utilizadas para os barramentos. Lembrando que esses barramentos foram construídos na época antes da aquisição da propriedade, se eu não mim engano pelo que o Clemente nos falou que ele tinha feito somente 3 (três) barramentos que são captação de águas de chuva na gestão dele ele já comprou a propriedades já assim há 30 (trinta) anos atrás , então os barramentos são todos velhos na sua maioria , então são barramentos que sempre estiveram lá , estão lá há bastante tempo e fazem parte desta gestão que é a atividade de pecuária. Nós estamos tendo muito problema quando a propriedade muda de alternativa , muda de função agrícola e vai para função de eucalipto por exemplo. Porque a barragem não faz parte mais da função da atividade que será exercida. Neste caso, nós temos nessa propriedade ela manteve a mesma função , então nesse caso todos os barramentos são preexistentes perante a lei. A questão do histórico é um pouco uma informação que não precisa pra ali está contida, mais vamos fazer uma observação no próximo a gente apresenta situações se for necessário eu faço um texto e faço a inclusão dentro do processo . No item 2 (dois) sobre a questão da captação. Nenhum barramento da área do senhor clemente da empresa dele faz captação de água , mas o pedido de outorga para acumulação desta água foi feito e esta sendo analisado o processo via o Inema. Então, nós estamos esperando somente a questão do pagamento da taxa para o recebermos o protocolo junto ao o órgão que a secretário do Clemente ficou de fazer hoje. Então, nesse processo a gente garante pra voce que não há captação de água, não existe água. O bom ir lá beber água não traz a obrigatoriedade de outorga segundo a lei estadual, então nesse momento a outorga que está sendo solicitada é a outorga de acumulação e não de captação. Então, a questão dessa preocupação de quanto está se fazendo qual rio ela pertence hoje a todo um sistema que a gente faz a classificação , é junto aquilo que o Inema nos apresenta qual é a bacia , então, respondendo a terceira , o Inema classificou ela como a bacia do rio Jucuruçu e infelizmente mesmo sabendo que você está correto na sua afirmação eu não posso mudar. Dentro do sistema de gestão eles colocaram que o Prado teria um sistema de gestão todo vinculado a bacia do Jucuruçu , então, por isso que a gente faz , pra você ter a ideia a gente faz tordo os estudos primeiro, faz todos os relatórios só pra depois a gente ir ao sistema cadastrar pra ver aonde a gente tá, a gente cansou de ter esse tipo de problema com o Inema e eu não consigo alterar várias informações que eu adoraria poder contra as minhas mãos atadas. Nesse ponto a gente coloca a disposição de vocês para fazer qualquer outro tipo respostas ou análise se for preciso. Julio (Icmbio) falou: Desculpa ai eu vou só , já que voce fez a resposta. Eu creio que levar em conta isso que faz parte dessa unidade de bacia , acho que poderia até fazer um comentário no texto dizendo que para efeito de gestão o Inema tá com essa classificação. Eu acho que seria importante precisar de está em um plano de bacia num outro nível de planejamento ou numa outra região de planejamento. E

acredito mesmo que o proprietário tenha atendido mediante o cumprimento do car com o planejamento de recuperação de áreas e já deve ter um tempo, medidas já estabelecidas ou um cronograma de atendimento a esse plano de recuperação , eu acho que seria interessante pra que no acompanhamento de uma provável licença , esses dados possam ser acompanhados a gente sabe com gestões municipais especialmente tem descontinuidade de pessoal. Então é importante que essas coisas estejam registradas pra que se possa verificar numa segunda vistoria e tudo mais, onde é que esses compromissos estão estabelecidos, seria isso a principio, obrigado. João Carlos (Proex) disse: Então vou passar o cronograma para o Carlão e ele depois repassa vocês. A palavra passou para Carlão que disse que Rafael Pinto gostaria de falar em seguida passou a palavra para ele. Rafael Pinto (Resex ) falou que tinha 2 (duas) dúvidas no relatório, se foi feito um levantamento dos impactos socioeconômicos ali desses barramentos . naquela região tem uma comunidade do veleiro bem lá no meio entre todos os barramentos , se tem algum levantamento e participação daquelas comunidades com o acesso o uso da água e outra coisa é dos impactos dos barramentos na zona de amortecimento do Parque Nacional de Descobrimento, a maior parte desses barramentos está dentro da Z.A e outra parte tá fora , gostaria que fosse comentado sobre isso. A palavra passou para João Carlos (Proex), falou, vamos lá, com relação parte desses barramentos na comunidade é praticamente zero. A comunidade usa água de barramento nenhum. Se ela fosse , se for necessário, Clemente sempre foi parceiro em ajudar a quem precisa, nunca foi uma pessoa de difícil acesso. Então ele ta sempre presente na propriedade, então nós não vemos nenhum tipo de ação necessária em fazermos a preocupação, se o barramento vai trazer algum impacto de uso. Lembrando que todos os barramentos lá são munidos de vertedouros, após atingir a cota de represamento, toda água é liberada, nesse momento nós não temos nenhum barramento considerado de fluxo fixo, há não ser dois que estão ligados a estrada, colado na estrada principal a meu modo de pensar, deveriam de ser de responsabilidade da construção da estrada e não do empreendedor mas infelizmente conseguir essa classificação não é tão simples assim. Com relação aos impactos da Z. A , é praticamente nulo esse impacto, são áreas de armazenamentos muito pequenas , são armazenamentos insignificantes, tanto que não tem nenhum barramento desse que vai dar classificação de outorga. São todos dispensas de outorga , então é outra insignificância muito baixa pra se voce fazer , nós tomamos a preocupação de fazer o atendimento da lei federal com todos os itens mas vários itens poderiam não ser aceitados pra que a gente não deixe perder situações de limite de respostas. Então nesse momento eu considero pela baixa simplicância todas estruturas aqui apresentadas a questão da baixa necessidade de apresentar uma vinculação direta dos barramentos a zona de amortecimento do Parque Nacional do descobrimento. Carlão perguntou a Rafael se atendeu a resposta, o mesmo disse sim. Carlão em seguida disse, então pessoal pois isso ai como João Carlos tem o tempo dele limitado até as dez e pouca, segundo ele, são 10:13 ,já está no limite do horário dele , acredito que ficou claro a explanação , as complementações que foi solicitada pelo Júlio (Icmbio), acredito que ele anotou ai e posteriormente estará passando pra gente pra fazer o aditivo no processo. João Carlos pediu a palavra para fazer uma observação. Pra vocês terem uma noção a maior barragem que nós estamos falando ela tem 0,5471 , quer dizer , cinco mil quatrocentos e setenta e um metros quadrados . Essa é a maior barragem que a gente tem dentro das estruturas. O volume dela deu 7.791 metros cúbicos , então são barragens muito

insignificantes. A maioria delas é em curso não perene, quer dizer que a lei de talvegue; Então a capacidade dela gerar qualquer demanda ou continuidade de fornecimento de água é praticamente zero. Enquanto tá chovendo tem água acumulada, quando tá seco não tem nada lá. Então ela nem faz parte muitas vezes do manejo do gado da propriedade a grande maioria dessas. Carlão chamou Júlio pra que fizesse a complementação para finalizar essa pauta e partir para outra. Júlio em seguida falou que deu uma pesquisada no RCE e acho que é uma questão importante que eu trouxe ai. Qual é ou quais são as atividades desenvolvidas na fazenda , qual é o uso dessa água nas barragens e dei uma busca nos documentos do RCE na descrição das atividades nas propriedades e não encontrei uma informação clara de que as propriedades dedicam se unicamente a questão pecuária por exemplo, esse é um dado importante porque na medida em que voce faz um licenciamento mesmo que corretivo isso envolve em certa medida a questão do uso da água. Então se as barragens são apenas para acumulação para dessedentação para matar a sede dos animais, isso acho que de uma forma a própria de leis de água estabelece prioridade para esse tipo de ação junto com o fornecimento de água para as populações humanas , agora acho que isso deveria tá mais bem caracterizado no relatório, só realmente o uso dessa água o uso da água acumulada nesses barramentos em cada propriedade, acho também que fosse importante que a secretaria fosse informada de que ao menos um protocolo de solicitação ao Inema da outorga esteja definido e não atendendo apenas somente um inicio de conversação com o Inema , Isso sria uma coisa eu deveria apressada talvez até por requisito no caso da regulação das barragens pelo eu entendi esse seria o procedimento correto na legislação estadual . João Carlos pediu a palavra e falou, Então vamos lá só para explicar. Na pagina 14 e na página 15 tem um quadro de uso e ocupação da propriedade, lá voce termina quais são os usos de todas as matriculas avaliadas dentro do processo e lá a única atividade econômica é pastagem com a área e o percentual de uso , só como referencia. Na fazenda Bonjardim tem coco, na fazenda Jucuruçá tem coco e o resto é pastagem. Não existe irrigação para a área de coco sequeiro, neste caso toda atividade das propriedades envolvidas está relatada na página 14, 15 do RCE OK. Numero dois, o pré-requisito da norma estadual é . Eu tenho que apresentar abertura do requerimento , mim fazem o enquadramento , eu pego o protocolo do processo no Município e anexo com pré-requisito ao Estado. O Estado mim leva um tempo bem grande para analisar o processo e formar o processo, na hora que ele fala que o processo ta pronto pra ser formado , ele emite uma taxa que estamos aguardando para receber o protocolo, infelizmente eu não tenho como passar na frente dessa norma estadual , porque eu preciso estabelecer quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha, Então eu tenho rito preestabelecido é que eu abro o processo, abro o requerimento, entrego o requerimento , protocolo o processo junto ao município e com o protocolo do município eu junto a documentação ao estado, só assim ele vai formar meu processo, esta entendido o rito? Isso serve pra mim como para qualquer outro, então quer que normalmente a gente faz. Protocola o processo junto a vocês , solicita a análise do processo na hora que eu tenho a licença , encaminho a licença para o Inema e com essa licença ele faz a avaliação final da minha dispensa, só ai ele começa a analisar a minha dispensa, por que se eu não tiver a licença ambiental , meu processo não é avaliado. E ai eu nao tenho como fazer aquilo que voce mim sugeriu em função do rito que o estado mim estabelece, Na hora que eu tiver o processo formado e eu espero amanha ou segunda eu tenho o processo formado , encaminho o processo para Carlão. Em seguida Carlão perguntou se poderia dispensar o



nosso consultor João Carlos e seguir para próxima pauta. João Carlos despediu de todos e disse que precisava sair mesmo. Carlão falou com João Carlos pra fazer as ponderações e mandar de volta pra secretaria para em seguida fazer o andamento do processo de licenciamento. Carlão deu sequencia e falou que a próxima pauta seria a Licença de implantação do Barramento do Senhor Djalma Galão. Esse processo faz parte daquelas 3 (três) licenças , prévia, implantação e operação. Sendo que a licença de Localização (licença prévia), ela já foi emitida, inclusive o conselho já visitou o local, foi emitido o parecer técnico do consórcio passando por essa plenária do conselho e foi aprovada a licença prévia. A licença de implantação também já foi apresentada e todos vocês tem ciência e foi encaminhado para o email do conselho, todo mundo tem conhecimento, já colocamos em reunião e na ultima reunião foi solicitada, inclusive pelo senhor Julio (Icambio) que fosse cobrado mais uma vez do inema a questão da outorga e o que foi feito. Nós comunicamos os consultores responsáveis pelo processo e eles entraram em contato com o inema e o inema respondeu email, inclusive eu encaminhei para o comdema a situação que se encontra o processo. Então, sabemos que a outorga demora muito né, tem licença de 5 anos e ela não sai a outorga. Tendo em visto, a gente recebeu a notificação do proprietário perguntando como que está o processo e ai hoje vamos apresentar para vocês como esta a situação ainda se encontra sob análise do inema sobre o pedido de outorga, nós temos só o protocolo, mas não temos a outorga, porque a gente sabe que isso ai demora bastante. Nós dependemos da aprovação do conselho pra dar andamento da licença de implantação lá desse barramento. Ai eu queria ver de vocês se vocês tiveram o acesso à resposta do inema que encaminhei para o comdema para saber como está o processo. Júlio pediu a palavra, Falou que a Lei de agua de 97 , ela é bem fala que os recurso hídricos são um bem coletivo, acho eu isso ,vai descentralizado né, ai os órgãos estaduais que lidam com as outorgas , os órgãos municipais de meio ambiente , a secretaria de meio ambiente responsável pelo licenciamento, e o que está em jogo de cada conjunto de licenças que a gente viu anteriormente ou agora no outro projeto que está sendo pleiteado para a implantação, é a gestão pública desse recurso que é coletivo. Se eu não mim engano, esse projeto de barramento lá de, Djalma Galão, também estaria na bacia do rio queimado, rio cahy. Prossegue, Carlão falou isso. E ai a gente ta vendo que, além disso, nós temos agora no ponto anterior de pauta, cerca de 20 ( vinte) barragens , algumas dessas, a grande maioria no rio cahy também, algumas delas da bacia do rio Corumbau, mas algumas . E isso ai vai se acumulando numa autorização do poder público para que proprietários rurais utilizem a água, mas esse é um recurso finito, se não fosse assim a gente não teria a lei das aguas, não haveria necessidade do poder publico interferir na regulação. Então ai temos 2 ( dois) casos , um caso que é esse que nós analisamos e ouvimos a apresentação anterior do senhor clemente, onde o consultor tenha dito a li , o não que é propriedade pra pecuária não há irrigação. Mas analisando ali as páginas do relatório dele, eu gostaria que a secretaria fizesse uma analise clara, o RCE que ele apresentou na página 14 , menciona que é predominantemente atividade de pecuária, mas não disse que é o uso para irrigação e ai obviamente nesse caso de irrigação a utilização é maior, ele não menciona se tem, se o cultivo é de sequeiro ou não é, essas propriedades já estão utilizando para raias algum tempo e regulariza-la é importante , porque de alguma forma né, pouco depois está indo lá verificar e estabelecer condições. Na minha opinião a condição nesse casos é que ele apresente o pedido de outorga mesma que seja de acumulação pra gente verificar que o que ele está pedindo não é acumulação apenas que

não o pedido de água para irrigação, pedido de água , ele coloca lá que o compromisso dele era de executar o plano de recuperação de áreas que estaria relacionado com o cadastramento ambiental rural . As visitas que por ventura a secretaria de meio ambiente tenha feito a , verificou se esse plano se este plano está sendo cumprido que a gente precisa ter esse cronograma de execução no processo de licenciamento pra que a gente possa acompanhar a secretaria de meio ambiente regulador público , possa acompanhar se uma fazenda que tá a há 30 (trinta) anos fazendo a captação , são 30 (anos) e essa legislação é de 97 vai resistir aversão anterior, seja a contenda a legislação, exatamente pela recuperação das áreas de preservação permanente ou de mata ciliares que vai se garantir. Esse rio que é o rio cahy e ai obviamente vocês são meramente mais conhecedores do que eu que estou aqui 6 (seis) meses . Mas ta ali na barra do cahy a primeira praia onde aportou o, há relatos de interpretação que Pero Vaz de Caminha e a esquadra de Pedro Alvares de Cabral. Uma. Se a gente fizer uma busca barra do cahy, a única coisa ou principal de 10 (dez) indicações é sobre esse uso; Ai eu pergunto? Como é que o Município de Prado está gerindo esse recurso? Se chegar na época de menor disponibilidade hídrica, simplesmente não chega água da região. Só quando tem maré salgada que entra água . Isso modifica completamente o ambiente de estuário , ambiente de manguezal, necessita muitas espécies, necessita não apenas de água doce mas precisam de uma mistura de agua salobra para efetuar a reprodução desses animais de peixes. Cuida desse patrimônio a meu ver, é a nossa missão, missão do meio ambiente, missão do inema, e a missão do icmbio em ultima instancia. Mas também de toda coletividade. Na semana passada eu participei de uma reunião do comitê de bacia esse ai do frato e não do rio Jucuruçu onde estão inseridos os rios japara, os rios que estão mais próximos do município de prado até o Corumbau e eu perguntei como é que estava se havia plano de gestão na bacia, não há, não há plano de gestão, não há estudo de disponibilidade hídrica para os grandes rios, tipo buranhem . Agora imaginem rios menores como o nosso, o inema ou a própria secretaria estadual de meio ambiente não está fazendo e nem vai dar essa prioridade para essa bacia, nossas pequenas bacias, então, cabe a gente e a nós que estamos aqui localmente gerindo o recurso, sermos precavidos e não apenas precavidos , pensar na justiça social , no uso desses recursos. Se a gente libera a licença de localização pra que o proprietário possa encaminhar o projeto que é bem feito e tudo mais, mas se nós já damos a licença de instalação, a gente olha o poder publico estaria assumindo que existe disponibilidade hídrica. Existe essa disponibilidade hídrica? A secretaria de meio ambiente tem certeza disso? As comunidades do veleiro e ali em baixo, dizendo que uns dos grandes problemas do rio cahy é, assoreamento, significa que as margens não estão protegidas e durante as regiões seca, praticamente o rio quase que corta, só entra agua salgada quando tem mare alta. As pessoas passam andando até de moto na barra do rio cahy. Então avaliação ao meu modo de ver para todo o conselho e para todas as instituições daqui é : Nós vamos gerir hídricos, agora no caso do rio cahy , apenas por que os proprietário pediram? Porque as comunidades pesqueiras e que vive a beira do rio não pode pedir que tenha água no rio . Quem tem que validar? Quem tem que garantir água no rio é a gestão pública reguladora. Então nós estamos participamos dessas decisões. Essa é um pouco a minha opinião. Apalavra ficou com Carlão que disse que julio (Icmbio) voltou a pauta anterior; Por exemplos: esses pequenos barramentos existentes lá , com o próprio João Carlos relatou que algum tem mais de 50 (cinquenta anos), nós da equipe da secretaria de meio ambiente de prado juntamente com o consórcio técnico construir, fomos na fazenda e

nós gastamos 3 (três) horas e nós fomos a cada um dos barramentos constante no processo, foram visitados por nós com a equipe técnica do consórcio , então assim, como a fazenda é muito grande não foi detectado nenhum tipo de cultura houvesse a captação pra irrigação e o plantio de coco que tem lá é somente na sede um pequeno plantio mesmo, então assim, a gente de acordo com a pagina 13, 14 , falando que não há outra cultura. E realmente de acordo com a nossa visita in loco não foi constatada nenhum outro tipo de cultura que não fosse pecuária além desse plantio de coco. E uma outra situação que a gente tem tentado ao longo desses anos pelo menos nesses 24 (vinte e quatro) anos que trabalho em prado e região, Nós já encontramos barramentos já existentes onde o proprietário tenha barrado 100% da água só pra ele. Se não fosse a nossa atuação enquanto órgão fiscalizador pra tá fiscalizando e orientando notificando esse proprietário pra ta fazendo a regularização do barramento à situação estava muito pior. Então assim, eu até entendo que um barramento novo, que vai se iniciar até mesmo que a gente faz tudo com base na legislação estadual que é questão da regularização ambiental dos barramentos já existentes que é exigido apenas protocolo de outorga e não a outorga. Agora nossos barramentos sim são mais delicada e complexa, precisa da outorga da agua, inclusive da questão que você falou que tem que determinar se agente vai autorizar o barramento se tem disponibilidade hídrica para aquele barramento. A gente depende da análise técnica e da emissão da licença por parte do inema. E foi cobrada não foi só uma vez, através de email e demora demais e a gente não tem o retorno que vai vir aqui , vai fazer a analise , enquanto isso a atividade está acontecendo, Então a regularização ambiental é umas das coisas que está ajudando muito a questão dos barramentos que estão clandestinos, inclusive agora temos uma situação lá na pontinha , inclusive colado com o parque nacional do descobrimento onde tem o recurso hídrico que é nascente japara grande e tem 5(cinco) barragens, 5 (cinco) proprietários e agora está tendo briga entre eles lá por causa de um está querendo represar água do outro tal e nós já identificamos o fato e estamos notificando, Então é uma situação, eu até entendo a sua colocação, mas eu acho que a gente quanto órgão né, licenciador, fiscalizador ambiental, temos que tá, temos que resolver o problema de forma que não agride tanto o meio ambiente e nem as pessoas que fazem o uso desse recursos .Temos que chegar a um denominador de forma a resolver o problema. Rafael Pinto (icmbio) , eu tenho uma duvida nova, tem nada operando ,né isso? Carlão respondeu? O Rafael, esse barramento ai é novo. Fica na fazenda na pontinha Z.A do Parque, inclusive foi pedido um documento par o Icmbio regional, mas até agora não respondeu, dano prosseguimento pra gente continuar com o processo. Foi aprovada a licença de prévia por este conselho, na época a consultora apresentou o projeto licença de localização e bém já foi dada entrada na licença de implantação. É um barramento novo que fica ali próximo a região do palmares ali e ai agora na ultima reunião foi sugerido que fosse cobrado do inema , mandasse mais um oficio pra lá , foi 3 (três) meses o prazo que foi dado , nós tivemos a resposta do inema e a resposta do inema é que o processo ainda está sobre análise. Rafael Pinto (Icmbio) essa resposta do inema é obrigatória para que tenha um posicionamento do comdema , o que vem primeiro? Carlão respondeu. Assim, essa licença de barramento quando é uma licença nova, ela faz parte daquela 3 (três) fases da licença . A licença prévia que é a licença de localização, licença de implantação e operação de acordo a legislação estadual. Então a primeira licença foi feita, pois nesse caso ai, existe 2 (dois) tipos de outorga. Outorga de intervenção no recurso hídrico, e posteriormente quando o barramento estiver pronto. A outorga de

captação do recurso hídrico, então já foi feita o pedido de outorga de intervenção do recurso hídrico e culminou na primeira licença, cuja já foi aprovada e já foi emitida para o empreendedor. Então, para ele concluir a obra do barramento, ele depende da licença de implantação, que é essa que está em andamento e já foi dada entrada no inema e a fase, eu mandei até o e-mail pro comdema, que a fase que se encontra o processo está sob análise. Nossa preocupação é que o proprietário vai ter que esperar a licença, ele só pode fazer o barramento depois da licença., mas a preocupação é que ele faça o barramento sem esperar a licença, Aí teremos outro problema de ir lá, notificar embargar, multar, mais trabalho pra nós, já temos uma equipe reduzida para atender tanta demanda ambiental no município, então, esta submetendo agora ao conselho e gostaria de mais pessoas se pronunciasse não só icmbio para participar do debate, pois o conselho é um colegiado. Beline tomou a palavra e disse que o colegiado é aberto e que um colega secretário participou e criticou dizendo que é só para um órgão no caso icmbio. Outro exemplo que eu vou dar pra vocês que é crítico inclusive, com essas chuvas aí que ocorreram agora, dezembro e tal nós tivemos um problema extremamente sério aqui, o assoreamento de uma área, inclusive nós já manifestamos ao estado ali logo depois da ponte, onde é esse acúmulo de areia, ela fechou, ela interrompeu o acesso das embarcações dos pescadores aos estaleiros, e os estaleiros, os barcos não estão podendo descer, pois é muita areia, inclusive nós temos fotos aéreas. Conseguimos com êxito lá a de localização, agora a de instalação que é essa que a gente tá discutindo agora tá ali travada, agente está agora de novo sobre esse problema. Carlão falou: uma sugestão boa pra resex, como o rio Cahy é um estuário aí, faz parte da resex, de entrar em contato com pesquisadores, fazer contato com a faculdade se não tem um estudante fazendo uma pós, um mestrado que possa fazer o estudo hidrográfico do rio Cahy, desde o estuário até a sua nascente, porque eu já percorri todo esse rio, conheço a nascente que fica na "Serra do Gaturama" e no curso de sua foz até a sua nascente não existe nenhum barramento. O que existe são pontes, são passagens, estradas, mas não tem barramento dentro do recurso hídrico. Mas a ideia é que agente conseguisse um estudo bem minucioso do rio Cahy que é um rio importante, tem um histórico que marca o descobrimento do Brasil, até mesmo pra gente ter esse documento futuramente e acabar com essas dúvidas, por que muita gente tem dúvida, a comunidade tem dúvida, não sabe se o rio seca, se é decorrente do barramento ou não, e só o estudo pra mostra isso aí. Rafael Pinto (Icmbio) só mais uma sugestão,, eu acho que pra gente ficar mais confortável de deliberar sobre novos empreendimentos na bacia desse rio, seria interessante ter a localização dos empreendimentos já existentes, a quantificação e o máximo de informação possível, uma barragem não causa impacto significativo. Mas quando você junta 20 (vinte) pequenas barragens, você vai ter um impacto no rio. Posteriormente como tarefa da secretaria seria georreferenciar pontos de barragens para gente ter uma visão geral de como tá a situação desse rio. Carlão falou: os barramentos já licenciados, já regularizados, nós temos um mapa, falta só inserir os novos, os licenciamentos aqui em Prado começou em 2017. Inclusive qual o encaminhamento que vamos dar essa pauta para irmos para outra pauta? O que ficou definido de acordo com a última reunião foi que agente fizesse contato com os órgãos, no caso o inema, sobre a cobrança da outorga. A consultora entrou em contato com o inema e o mesmo disse que está em análise. Julio (icmbio) disse que queria ouvir outras pessoas se manifestasse sobre o tema, acha que esse tema é importante, mesmo que seja só um caso, um rio mesmo quando se está trabalhando com rios menores, como é o caso do rio Cahy,

como é o caso do rio Japara, esses que possuem menores quantidades hídricas, se forem retirado além do ponto, impactar também o potencial turístico do município, porque a gente está tratando de água, mas que impacto isso vai causar no município como todo sobre os outros recursos sobre a qualidade de vida de outras comunidades? Quem tem a responsabilidade institucional de dar essa opinião tecnicamente é o Inema. Se o município de Prado dar uma licença, acho que permite inclusive que a pessoa tenha ali uma possibilidade ao proprietário, até a porta do Inema e solicitar esse andamento do processo, uma avaliação da sanidade hídrica. Se o município dar a licença de instalação que tenha outorga ou não, imaginem o prejuízo do próprio proprietário, se depois o Inema disse que não há segurança desse recurso, cria-se, o fato consumado. Acha que seria prudente a semma atuando dentro do princípio da precaução, que é o princípio dentro da área ambiental quando a gente não tem informações adequadas, o município tem um estudo que não é do Inema, mas que comprova que há adicionais hídricas no rio Cahy. A nossa sugestão enquanto Icmbio é que não fosse dada a licença de instalação para não criar um fato consumado, causando ainda mais pressão sobre as águas desse recurso hídricas desse rio que estão limitadas. Beline falou se alguém tem mais alguma opinião sobre esse processo. Lois (Biodança) falou sobre porque da não participação de mais instituições no debate, ela acha que as instituições que estão mais presentes no debate têm mais conhecimento e elva as outras instituições a ficarem caladas por não terem os conhecimentos técnicos necessários dos projetos, o importante é que tenhamos conhecimentos desses projetos de que essas avaliações são feitas, mas muitas vezes não podemos avaliar as situações por não ter esse conhecimento técnico, então aí é a ressalva em relação ao não pronunciamento em alguns aspectos. Ela concordou com o pronunciamento de Julio no sentido de que, não sabemos de que que muitas vezes os órgãos estaduais muitas vezes não correspondem as nossas expectativas. Mas concordo se acompanharmos esse ritmo, vamos trazer pra nós essa responsabilidade. Acha também importante sugestão de Carlão sobre os estudos não oficiais ou qualquer instituição que possa colaborar com as nossas decisões. Beline falou que de acordo a última reunião estaremos aguardando a posição do estado e pediu que Carlão passasse para outra pauta. Carlão falou, respondendo a questão da Lois (Biodança), é por isso que a gente convida o técnico responsável pela elaboração do projeto, coloca ele para fazer a explanação do projeto, por que o cara assinou uma ART, uma responsabilidade técnica para que todo mundo possa entender até porque muita gente não tem o conhecimento, não tem entendimento do projeto. A outra pauta é a licença simplificada do loteamento Grenville localizado no fundo da Upa na época o empreendedor apresentou esse projeto na secretaria de meio ambiente e ao analisar o projeto foi detectado de que no mapa, ele só tinha colocado 30 (trinta) metro de largura de recuo na app, sendo que o rio tem mais de 10 (dez) metros de largura, Foi pedido para ele refazer o projeto, foi submetido ao conselho e no conselho a Naninha que era a substituta do Icmbio, ela questionou com base no Pdu do município de 2005, Onde faça que aquela área é contida e em seguida tem a condição do posto que esta no mesmo processo e na reunião foi observada que tem de aguardar a questão do acionamento do setor jurídico para resolver a situação. Com isso foi resolvido à questão do posto, o posto foi autuado, depois foi dada a licença do posto e sendo que o loteamento está no mesmo processo. Aquela área é toda urbanizada, município já reconhece, já emitir IPTU, imposto recolhido, tem 3 (três) bairros, o bairro Alameda do Atlântico, Bairro Expansão Benedito Cordeiro e o Portal do Prado. Como o

posto foi aprovado, o empreendedor procurou a secretaria e fez um pedido com ficaria o loteamento dele sem dar andamento, agente esta se submetendo ao comdema pra apreciação de vocês , a maioria tem conhecimento desse empreendimento que é o Grenville. Ele não tem nada lá ainda , é uma área antro pisada, limpa aberta e só tem um pedacinho lá no fundo de área verde de mata que vai manter e na ultima reunião o técnico responsável apresentou aos conselheiros como seria a construção desse projeto . Se vocês tiveram acesso. Julio (Icmbio) esse é um projeto que não acompanhei e Naninha mencionou a gana desse empreendimento que tinha essa discrepância entre o que estabelecia o plano diretor do município e a forma como alguns projetos esta sendo implementados estaria sendo discutido anteriormente no comdema . Eu não tenho documento aqui mas não tem nem a localização desse loteamento, se você pudesse pelo menos enviar o documento pra gente dar uma olhadinha rápida , pode ser no grupo de wathsap ou alguma imagem , onde seria o loteamento ou um documento para favorecer a avaliação . Mas a priori eu gostaria de fazer uma colocação de novo não quero rezar missa, mas nun pouco que estou vivendo na cidade uma coisa que é notória, Beline que um aqui é secretario mas tambem conhece bastante os municípios da região da ocupação da orla no municipio de prado não sei se esse loteamento está ou não ao alcance da orla , fazendo ai uma fala em geral. Uma das coisas que se nota no ponto de vista de urbanização ou ocupação urbanística de Prado de diferente do Município de Alcobaca ou do Municipio de Porto Seguro , falar de dois que eu conheço, tem uma orla marítima , onde as pessoas tenham acesso a um calçadão na beira da praia, para que as pessoas possam andar pela praia , andar de bicicleta pela praia , podem disfrutar da paisagem e do bem estar. Esse é um dos grandes benefícios que esse tipo de ocupação permite. O Município de Prado tomou outra dimensão, geralmente ocupados por barracas de praia ou outros empreendimentos hoteleiros ou mesmo de casas particulares. Mas para a próxima e para todo a área que esta ao longo da basevi e após a basevi eu fico imaginando que esse talvez seja algo a ser pensado ponto de vista urbanístico. Marcia (sec turismo) Bom dia a todos com relação ao Grenville nessa ultima enchente que teve mim parece que o Grenville foi uma das áreas mais afetadas, inclusive residências estava com acompanhamento da defesa civil com relação a residências naquela região. Como tá isso? Como tá essa questão? A palavra ficou com Carlão que disse, nessa área ai, eu to até vendo se recupero a imagem do mapa de uso do solo , é por isso que a gente manda , pediu para refazer o mapa, pois o projeto inicial tinha colocado só 30 (trinta) metros de largura de App, no mapa retificado esse recuo foi aumentado , 54 (Cinquenta e quatro) metros conforme prever o Código Floresta Brasileiro, então essa região que eu estou falando fica próximo lá o Fiorot , atrás do Alameda do Atlantico que não tem ainda loteamento, está aberta, e lá não houve alagamento. O Alagamento foi ali próximo a Upa que teve algumas casas que foram alagadas e nessa área local que estou te falando não teve. Em seguida ele pediu a Ana Paula (semma) se poderia mandar a imagem do mapa e no e mail do comdema tem o processo completo. Carlão perguntou? Se mais alguém se lembra desse processo. Lois (Biodança) disse que na época foram solicitadas algumas condicionantes. Modificações falou Beline, Carão disse que não , condicionantes foi feito para o Portal das Guaratibas e Reserva da Barra esse ai não foi solicitado porque não foi licenciado ai, não foi aprovado a licença, Beline disse que foi isso que Carlão mencionou a pouco, as modificações com relação a distancia do rio pra obedecer a lei ambiental. Carlão disse que foi dois intens, a questão da distancia do rio e a questão da área contida de acordo com Pdu . Foi porque Naninha na

época fez essa colocação e depois como era um bairro antro pisado, edificado, urbanizado e o posto esta sendo implantado no mesmo processo não ver porque implantar o loteamento desde que segue todas as normas ambientais e municipais. Beline falou que ia lembrar uma parte da reunião que a gente teve para facilitar, vou relacionar ao posto , quando houve a apresentação do posto, Naninha contribuía demais com a gente no nosso conselho, ela a principio entendia que devido ao Pdu , ela considerou que naquela ocasião ,olhando até nos mapas anteriores , até de satélite era completamente diferente da data que a gente apresentou no conselho. Ela não aprovaria a principio, mas depois considerou. Carlão pediu o pessoal para participar, pois teria ainda mais 3 (três) pautas. Beline falou: que antes que kid fuja vão ver se agente resolve essa pauta ai, em seguida Julio falou que ia fazer só dois comentários. Essa questão esta prevista onde tem uma discrepância na localização dela e o que estabelece o Pdu , pra nos do icmbio não faz tanta diferença é uma questão mais de gestão municipal , quase integrada a area urbana . Para um gestor municipal como é o seu caso responsável pela gestão e para o grupo do conselho que aprovar algo que esteja fora do estabelecido do Pdu , embora ele esteja defasado seria importante que a procuradoria jurídica do município , olha não obstante, nós achamos que isso não compromete a decisão, avaliação , pode ser questionada futuramente , enquanto gestor essa é a preocupação até pra vocês. No caso de prado as perdas humanas foram relevantes, mas causaram perdas materiais. Cabe à defesa civil fazer um mapa do município das áreas não edificantes, O que são as áreas não edificantes? São aquelas que estão protegidas por fontes florestais o que são áreas de preservação permanentes ou e essa preocupação mim parece que o comdema já teve outra ocasião quando apontou que app do rio Jucuruçu não estava sendo respeitada na largura recomendada por lei e a outra questão é não ser área edificante por não ser segura de utilização por questões de alagamento, por questão de desmoronamento, então, frente a essa ultima enchente mim parece que foi enchente superior as que temos noticias dez u vinte anos por segurança da gestão, valeria apenas ter uma declaração ou um mapa da defesa civil se houver essa possibilidade, documentar até onde essa região foi alagada até para verificar nas áreas onde estão loteadas se essas áreas , algumas áreas estão dando prejuízo para o loteamento , para ocupações de residências, se não são áreas possível de alagamentos. A palavra ficou com Beline que disse que o que Julio está solicitando é um documento da defesa civil dizendo da possibilidade de edificação, certo. Nós vamos notificar o proprietário para que ele faça essa encomenda e traga. Beline perguntou se ainda tem outra sugestão? Julio (Icmbio) falou: Seria importante que vocês tivessem um documento ou um parecer da procuradoria do município corroborando que essas alocações podem ser realizadas a despeito da discrepância em relação ao campo de defesa. Beline disse que a opinião de Julio foi boa e vai passar uma para a procuradoria e outra para o proprietário. Carlão disse que vai reencaminhar esse processo pro comdema novamente pra você situar. Mas todo estudo necessário foram feitos em relação ao loteamento , inclusive foi apresentado pelo consultor ai no comdema , mas eu passo pra você como foi feito o projeto. Julio disse que Rafael Pinto encontrou nos arquivos do Parque processo anterior, nem precisa enviar que a gente ,mesmo que tenha havido uma substituição aqui no conselho a gente tem o arquivo sim. Carlão disse que esse projeto foi apresentado desde 2018 só que como faltava ajustar essa questão do mapa foi o principal ponto que eu identifiquei na época, pedi para retificação e esta rolando ao longo desses 4 (quatro) anos, agora vamos finalizar e complementar o que está faltando pra gente dar o prosseguimento. A próxima pauta é a

renovação da licença de operação do abatedouro Aveslam, foi até colocado na reunião anterior no grupo que estava presente e ai ele cobrou que, foi encaminhado o relatório de cumprimento ai ele cobrou que fosse enviado a portaria com as condicionantes, isso foi feito se ele teve acesso, então assim, só pra vocês sugerir né novas condicionantes além das que estão constantes na licença de operação anterior. Julio (Icmbio) eu lembro que no ano passado a gente olhou lá o relatório da Aveslam e era um relatório consistente, um relatório bem elaborado, o relatório de cumprimento da condicionante e eu não lembro se na época se houve um parecer do consórcio em sendo de apenas de renovação da licença de operação . Se houve um parecer do consórcio ou de técnicos da secretaria de meio ambiente de análise do relatório de cumprimento. Obviamente digamos, eu sou consultor, o responsável da área de meio ambiente de um empreendimento Aveslam. Eu viu escrevia de ver aquelas coisas mais favoráveis a renovação da licença, então nesse caso, ele fica Z. A do Parque do Descobrimento , empreendimento bem montado , grande, então, opinar sobre novas condicionantes eo gostaria de ouvir de vocês se houve um relatório da secretaria de meio ambiente ou uma análise sobre esse cumprimento ao longo do período de validade dessa licença que está sendo renovada ou se que tipo de avaliação escrita, acho que nesse caso é uma coisa importante para informar os conselheiros. Carlão fez um breve histórico, O abatedouro Aveslam ele foi inaugurado em 2017, o processo de licenciamento de operação foi realizado em 2016, na época foi usado um prazo de 5 (cinco) anos de validade , que fez o parecer técnico, ainda não existia o consórcio, existia o antigo servidor Engenheiro Agrônomo, ele emitiu o parecer na época né, ele permitia que ele emitisse o parecer técnico para essa atividade. Por ter feito o parecer ser emitido por outro técnico e a licença ter passado 5 (cinco) anos , nós exigimos além do relatório de condicionantes, nós equipe da secretaria de meio ambiente visitamos o local né, pra ver se tinha cumprido as condicionantes constante na portaria 2016 e posteriormente nossa visita , visitamos o local juntamente com o consórcio técnico. Pra ele fazer o parecer, inclusive já fez, só falta só entregar pra gente o novo parecer em cima do relatório de cumprimento das condicionantes , como você relatou ai, porque essa licença vai ter o prazo de validade de mais 5 (cinco) anos. A gente tá sempre visitando o empreendimento pra saber se está sendo cumpridas as condicionantes, e lá no empreendimento ele tem lá um escritório da Adab, ele tem um escritório do técnico de segurança do trabalho local o tempo todo na empresa e tem o CTGA Companhia Técnica de Garantia ambiental, essa equipe que monitora tudo e a gente faz a vistoria para detectar alguma alteração e está cobrando do empreendedor, inclusive paralelo ao Abatedouro Aveslam também tem a Indústria de Farinha de Ração Animal que fica afastado do abatedouro que é outra licença tá em vigência só vai vencer no final do ano. Então assim, todo procedimento foi feito a gente está só aguardando o parecer do relatório de condicionantes não do projeto que o projeto original é de 2016 tem o parecer conforme eu relatei pelo técnico da secretaria e aposentou. Julio (icmbio) falou: sem querer monopolizar a fala como nós temos também a missão institucional que é de proteção das áreas já concedidas , do Parque, da Resex, tal , nem sempre temos a disponibilidade de esta fazendo estas vistorias para verificar se vai ter condicionantes pelo empreendedor corresponde ou não a realidade ai sim é papel da secretaria apoiada pelo consórcio que vocês já fizeram. Então, pra gente fazer qualquer sugestão de modificação ou de introdução de novas condicionantes, como a empresa entrou com o pedido de prazo a licença dele continua válida até que uma nova licença seja emitida. Então não haveria necessidade de



tomar uma decisão agora eu acho que é pre requisito para que a gente possa fazer uma sugestão, eu acho que até o consórcio poderia junto com a secretaria de meio ambiente fazer. Como conclusão desse relatório de vistoria uma digestão, olha essas condicionantes que estavam colocadas lá no processo de implantação foram cumpridas ok, não foram cumpridas adequadamente até porque a licença anterior foi baseada no relatório de especialista em agronomia e não em outras especialistas, então após disponibilização desse relatório é que vocês já poderiam sugerir algumas novas condicionantes ou se não seria necessário. E ai sim, o comdema decidiria baseado nesse relatório como a gente tem feito para outros empreendimentos que o consorcio admitiu o parecer. Mas como esse é um empreendimento de porte elevado de médio porte eu acho que valeria apenas esse tipo de procedimento. A palavra ficou com Carlão: A licença venceu em dezembro e ele deu entrada, de acordo com a lei da câmara ele dará entrada antes do prazo final da licença até porque ele vai adquirir o sistema sif (sistema de inscrição federal) até então ele tem o sie (sistema de inscrição estadual) mas já esta ajustando também para aderir o sisf (sistemas de inspeção federal) mas ele precisa da licença da licença ambiental, então, vai encaminhar o parecer do consórcio com base do relatório do técnico que trabalha lá faz parte do Ctga ( companhia técnica de garantia ambiental) é que faz todo acompanhamento ambiental da empresa . Pra vocês ter conhecimentos só que eu acho em relação a licença. O que pode ser feita? A renovação da licença após a análise do relatório a sugestão que for feita pelo comdema ela ser , algo que vai fazer o aditivo e anexar junto licença vigente. Julio (icmbio) falou: O Carlão não entendi, afinal, vai ser encaminhado o relatório do consorcio para o comdema dar o posicionamento. Carlão falou: Nós não recebemos ainda ,nós fizemos a vistoria in loco juntamente com o consórcio e estamos eles encaminhar , o técnico disse que está pronto e que essa semana está pronto e vai encaminhar pra gente o relatório. Assim que a gente receber a gente encaminha o relatório e assim que a gente receber encaminha para o comdema pra vocês ter noção, entendeu, e ai, em cima do relatório vocês vão ver o que tem lá, o que cabe pra ter sugerindo novas ou adequar as que já existem pra o empreendedor tá atendo ai ou tá cobrando dele para atender as novas exigências de acordo com a sugestão do conselho.Tá certo assim pessoal, todo mundo concorda? Lois (biodança) concorda. Julio (icmbio)deu ok. A palavra voltou pra Carlão: A nova pauta, essa pauta aqui eu vou fazer uma explanação melhor, são duas licenças do mesmo empreendimento. Uma parte é de extração e a outra é de beneficiamento que fica ali as margens da BA pertinho do Guarany. A mineradora Monte Pascoal ela esta aqui desde 1993 u seja quando ela foi implantada aqui nem o Estado emitia licença, era diretamente no DNPM (Departamento Nacional de Mineração Nacional) da época e ai depois de 2009 que começou a licenciar essa atividade de mineração e eu acho que encaminhei a primeira portaria pra vocês, era o Estado e depois passou pro Município em 2013. A licença que eu mandei pra vocês é da portaria de 2012 apartir que o município começou a licenciar , só que o relatório eu não consegui a tempo, mandei ontem , não deu mandar com antecedência só recebido ontem . É a de beneficiamento, ele fica as margens que era onde o minério, o caulim é extraído no ponto de extração, ele é encaminhado para o centro de beneficiamento, ele passa para um processo de lavagem , moagem e secagem, foi feito a vistoria in loco por nós e gente agora aguarda a sugestão de condicionantes , a água teve uma época , teve uma denuncia de possíveis rejeitos da fabrica dentro do rio , então foi feito , solicitado análise da água e ai chegamos no local e a água é retornável, eles fazem um processo de filtragem ela retorna e analise do rio

foi encaminhada para a Embasa para o laboratório e análise constatou que não tinha nenhum tipo de contaminação, a água não vai pro rio ela retorna para o tanque e esse tanque ela retorna para lavar os materiais e é retornável. Tudo isso está descrito no relatório ai a gente precisa fazer a renovação e também precisa de sugestão em algumas condicionantes. Tem um Prad antigo e foi feito , porque lá tem dois pontos de extração, um antigo que era o estado que licenciava e abandonado e tem o atual. Esse atual foi feito um Prad e esse Prad eles iniciaram um processo restauração só que ai como mudou a legislação com o novo código de mineração que o Prad agora não é mais isolado , você faz o fechamento de mina e dentro do fechamento de mina vem o Prad incluso, vai ter que fazer tudo junto, isso quando é enterrado o ponto de extração daquele local. Quando vai extrair ele tem que fazer o fechamento de mina, nivelar o terreno e fazer a recuperação daquele local. Mas ai o que acontece tem que fazer um relatório de cumprimento do Prad que também esta sendo feito e posteriormente vai ser encaminhado para o comdema. Marcia(Sec turismo) perguntou a Carlão: è nessa localidade que tem uma lagoa azul? E se sim , e como e que tá a preservação dela. A palavra voltou pra Carlão: como é cavado o local de extração do caulim , é buraco e vai acumulando água , quando chove, ele reusa através do sistema de bomba tirando a agua onde esta retirando o caulim e ai devido o próprio minério de acordo com o próprio engenheiro de mina relatou que é característico do próprio minério caulim fazer com que a agua fique azulada pra uso do próprio minério, por mais que chuva a agua permanece com a cor azulada mas é característico do próprio mineiro do caulim faz ela ficar daquela forma. Marcia (sec turismo) perguntou de novo? E a preservação dela? Carlão respondeu: é o acumulo de agua causado pelo próprio processo de extração do caulim que ele tira o caulim e fica o buraco acumulando agua. Não é uma lagoa não. Julio respondeu: a lagoa na verdade é um impacto da mineração. Carlão eu dei uma lida no relatório deles e tm um local aqui que ele diz que fez a ultima analise da agua em 2019 não fez mais porque a embasa parou por causa da pandemia ,mas não seria uma responsabilidade dele buscar um laboratório para fazer a analise, independente da embasa. Carlão respondeu: Aqui na região o único laboratório que tem realmente é a embasa e foi colocado pra ele a segunda consultora a embasa volta suas atividades agora depois do carnaval no inicio de março ai a gente já pode colocar prazo pra ele. Rafael Pinto (Icmbio) é mais fácil pra ele fazer na embasa mais não deve ser o único laboratorio no sul da bahia inteira. Ele descompriu a condicionante ele não esta fazendo o monitorimento. A gente perdeu praticamente 3 (três) anos desse curso da agua ai. A gente não sabe se tem impacto ou não com relação ao despejo de fluentes nesse curso. A palavra voltou pra Carlão: A denuncia que a agua feita com lavagem do caulim o resto da agua seja jogada no rio a denuncia apontou isso. Nós fomos no local e investigamos que a agua não vai pro rio ela vai pro caulim e retorna . Por isso que foi exigido a anlise da agua do rio e nesta analise constatou que a gua o ph dela tudo normal não tem nenhuma substancia química, dois anos depois que é três agora, ao retornar o local o processo continua o mesmo. Por isso que ele tem de atualizar a analise mas de acordo com as visitas in loco a atividade não hove alteração. A palavra ficou com Rafael Pinto (Icmbio): A condicionante era manter constantemente o monitoramento do rio furado na área de domínio, devendo informar a secretaria qualquer ocorrência , o ultimo detalhamento foi em 2019 e ele esta descomprindo essa condicionante. Carlão falou: por isso que ele eta sendo notificado pra cumprir ne. Para a renovação ele terá que cumprir essa condicionante de acordo com o relatório. Só o que a

gente quer saber é o seguinte. Além das condicionantes já existentes aqui de acordo com a portaria do relatório, o conselho tem novas condicionantes para sugerir dentro do empreendimento. Julio (Icambio) , esse empreendimento está no mesmo nível do licenciamento da Aveslam. Esse é ainda mais antigo, que já funciona a bastante tempo com mineração. A mineração tem dois tipos de impactos clássicos , o impacto local que é onde você faz ai a extração e se ele como você mencionou , terminou de explorar uma área que vai fazer um Prad, projeto de recuperação de área degradada, descomissionamento, para de utilizar uma área , esse é um aspecto da licença e a outra é a continuidade das operações levando em conta a questão do impacto que ele pode causar fora do local ou poluição atmosférica ou poluição hídrica como você levantou ai que a poluição que pode ser um risco de poluição hídrica ou de contaminação do lençol freático de agua subterranea, isso são esses monitoramentos que dão a resposta a essa questão que ta ai naquele grande relatório que eles apresentaram, mas de novo você disse que visitou a área ou com consorcio, eu acho que os membros do conselho não vão posicionar, para eles se posicionarem ou menos eu penso dessa forma seria importante ter um relatório do consorcio junto com a semma dizendo olha esse item da condicionante foi cumprido, mas esse não foi. Pra que cumpra o conselho possa tomar uma decisão informado nesse relatório e pelo que entender esse relatório não foi disponibilizado a tempo pra gente tomar uma decisão nesse momento. Como a empresa ta funcionando uma licença de operação não é de grande urgência bater o martelo aqui agora, precisa enquanto conselheiro de um relatório do conselho e da semma com uma nova avaliação do funcionamento da empresa até o momento. Pra que ai a gente possa verificar se tem algum a mais pra incluir em do parecer do consorcio e da semma. Carlou disse que vamos esse relatório e posteriormente fazer o encaminhamento para o conselho. Julio (Icambio) ó pra complementar uma questão que não ficou claro pra mim . Onde é que uma poluição hídrica para que saia do controle da empresa, qual é a bacia hidrográfica de que rio que estaria que a empresa está instalada? Carlão disse que é no rio Jucuruçu que fica as margens BA 408 ali depois de Guarany, inclusive aquele recurso hídrico onde houve o rompimento agora com a enchente , tem dois desvios que foi rompido , indo daqui para Itamaraju o primeiro desvio depois do Guarany é aquele recurso que ele cai no Jucuruçu. É bacia do Jucuruçu. Beline falou se tinha mais alguma pauta , Carlão respondeu: Sim, a ultima agora, essa é rápida. Essa é uma renovação de uma jazida de argila da Cerâmica Gato , a Cerâmica Gato opera em Itamaraju mais a jazida é aqui em prado. Só que essa jazida já foi feita o licenciamento mais nunca foi explorado , agora vai renovar a licença, foi renovado duas vezes sem ter explorado. Ai agora esta começando a fazer a exploração dessa jazida de argila ali próximo ao Guarany , depois do Guarany. Eu não sei se vocês tiveram acesso ao documento que encaminhei, Cerâmica Gato, vocês tiveram acesso a portaria dela, pra fabricação de lajota, telha. A Cerâmica funciona no Municipio de Itamaraju mais a exploração da jazida vai acontecer aqui em prado. A exploração tá bem no inicio ainda mais a licença anterior que foi renovada ela não tinha sido ainda extraída, explorada, começou agora e ai nós vamos fazer a renovação dessa licença. Porque a mineração tem um registro no antigo DNPM hoje ANM (Agencia Nacional de Mineração) A ANM dar um registro e ai o município é responsável para a emissão do licenciamento ambiental mediante todos os estudos necessários e ai essa licença tem um prazo de validade e tem uma condicionante que devera ser cumprida , nós temos que fiscalizar o cumprimento dessa condicionante e posteriormente e saber para atender ou não a licença ele faça , a gente faz a renovação da

licença. Se não atendeu as condicionantes , por isso que é pedido o relatório das condicionantes e de situação que possa assinar um termo e dar 90 dias ou 120 dias pro camarada cumprir e após o cumprimento das condicionantes ai sim emitir a licença e tem condicionante que você não pode colocar como consta de novo, se o cara não cumpriu você não pode renovar a licença e fazer um termo de compromisso e pedir para ele renovar depois a licença. Então ai é a ultima pauta. Julio (icmbio) O Carlão, o documento que eu estava dando uma olhada anteriormente é uma Ceramica Prado que fica na estrada prado alcobaça. Carlão disse que essa ai é uma outra que vai entrar posteriormente, essa ai é uma extração de argila pra Ceramica aqui de Prado, então você não tem o da Ceramica gato não? Que é nova tambem, respondeu Julio(Icmbio) eu não recebi não sei se os outros conselheiros receberam mais não tenho nada de Ceramica Gato. Carlão Disse: Então eu mandei errado, eu devo encaminhado a Ceramica Prado tambem é uma outra que vai entrar em discussão, não ta na pauta não, todas duas é de argila. Uma é aqui em Prado e outra lá próximo a Gurany, Aqui ta na pauta é a Ceramica gato. então vai ficar pra próxima reunião. A palavra ficou com Beline: Como as pautas já foram extintas e agente vai anotar todos as anotações que foram realizadas trazer para próxima reunião ordinária. Mas tem aqui a solicitação do vice prefeito do dia 07 março o que vamos fazer, vamos contar com os colaboradores para agendar essa reunião extraordinária e já preparar a próxima ordinária com esse concertos. Osvaldo pediu no dia 4. Julio (Icmbio) eu não sei qual é a profundidade que vocês querem dar a esse tema, esse tema é um tema muito relevante porque aterro sanitário uma estalação que vai durar muitos anos especialmente se envolver um consorcio que vai trazer resíduos de outros municípios para deposição uma reunião imprensada em cima do carnaval se ela contribui, dessa agenda muito em cima da hora, seria melhor fazer uma coisa a frente, ou algo legal. Beline disse que agente cá já começou já algum tempo , querendo apresentar pro conselho o que foi feito , o conselho vai se limitar simplesmente a opinar , a orientar como vocês fazem muito bem , agente quer uma contribuição do conselho nesse momento, gostaria se fosse possível pra cada um de vocês se mobilizar para que a gente possa contribuir. Osvaldo (aprophe) disse que tem só o dia 07 pra levar em consideração o prazo. Beline falou para tranquilizar vocês todos que não vai haver votação e observar o que foi feito e construir com alguma ideia. Julio (icmbio) acho que sim é uma questão importante mesmo que não seja pra tomar decisão , qualquer opinião informada , por minimamente o envio de documentação anterior ou apresentação. Beline falou que vamos fazer uma apresentação, vou convocar os membros que querem participar, as pessoas que estão com o vice prefeito são ongs pessoas que querem transformar o nosso lixo. Carlão pediu as considerações finais para finalizar a reunião. Kid (Jbl) Trazer uma preocupação na tua argumentação uma dificuldade que agente viu agora trabalhando com a questão de resíduos junto ao ministério de meio ambiente a critica maior na nossa região tem sido essa questão do aterro sanitário, sendo uma pauta urgente, agente pode sair com os exemplos , tanto a minha preocupação quanto a de Julio e os demais exatamente não envolvimento a partir do momento que você participa você envolve , exatamente a gente pensa clare evidencia que a coisa a esta encaminhando, nós estamos aqui para contribuir e vamos na medida do possível tratar isso com a maior possibilidade possível a gente fazer essa consideração. Para que não pareça que esse conselho se posicionou contra a estrutura, principalmente com a localização , agente tem que ver a área, a localização, tem que ver os corpos d'agua essa paisagem agregada pra tocar uma coisa melhor, estamos juntos, certamente nós vamos participar. rafael (Icmbio) disse

que apertou errado. Lois(Biodança) ela so quis dar uma parabenização a equipe da semma por essas visitas que estão sendo feitas pra poder avaliar se as consicionantes estão sendo cumpridas , porque esse monitoramento é extremamente importante, não adianta a gente levantar questões e depois ficar no papel. Então essa presença da semma merece os meus parabéns. Beline pediu que mais alguém para manifestar, minha gente se não tem nada a falar fico com o coração cheio de alegria e agradeço muitíssimo a vocês por essa bravura de estar aqui ate agora enfrentado aqui os problemas de milhares causas pra que a gente esse reduzido grupo tente resolver e consertar, muito obrigado a vocês, encerramos aqui , vamos construir todas as atas que foram construídas aqui para que na próxima reunião facilite a vida do comdema , livrando de uns e enfrentandos outros, ta bom, abraços a todos e bom almoço a todos.